

Padrão de Respostas – CCJP

1- O direito brasileiro prevê três classes de bens públicos, classificadas pelo uso a que se destinam, a saber: 1. uso comum do povo (pertencentes a pessoa jurídica de direito público, mas destinados ao uso de todos, como rios, mares, praças etc); 2. bens de uso especial, que se destinam a realização dos serviços ou a fins determinados das entidades públicas, têm destinação especial (prédios das autarquias, por exemplo); 3. bens dominiais, que integram o patrimônio da União, dos Estados e Municípios. Esses bens são alienáveis, contudo a sua disposição ficam subordinadas aos requisitos de lei especial. Na característica, porém, da alienabilidade não se insere a usucapião. A Constituição da República Federativa Brasileira dispõe que os bens públicos não se adquirem por usucapião.

A inalienabilidade caracteriza os bens de uso comum do povo e aos de uso especial. Somente perdem esta característica ou qualificação se houver motivos de conveniência da entidade pública.

2- O candidato deverá esclarecer o ponto de vista antiformalista e materialista-histórico que é possível reconhecer na compreensão do poder estatal expressa pelo autor. Ele deverá também mostrar que o poder do Estado repousa na institucionalização da força ou da chamada violência legítima, embora não seja a violência um instrumento normal e único desse organismo político-administrativo. O Estado se constitui como um coletivo que, dentro de um determinado território e em razão de dados interesses (sociais e políticos), reivindica para si, de maneira bem sucedida, o monopólio da violência legítima.

3 - O candidato deverá sublinhar, em seu esforço de identificar conceitualmente as referidas correntes, que estas correspondem a diferentes respostas ao positivismo jurídico dominante, no início do século passado, em Teoria do Direito. Caberá ao candidato esclarecer que o normativismo põe em destaque a compreensão do Direito como uma ciência das normas, que compõem um ordenamento caracterizado por sua **completude**, admitindo que é no próprio ordenamento que se deverá encontrar *saídas* para a aplicação de norma a caso concreto e sua interpretação (tomando por superada a questão das lacunas da lei). Na sequência da resposta, se deverá demonstrar que, em larga medida, o sociologismo jurídico atento às defasagens entre fato social (sempre em evolução) e norma jurídica, relativiza a noção de completude do ordenamento.

4- O candidato deverá explicitar que no pensamento clássico sobre a teoria do valor havia uma grande dificuldade de explicação para demonstrar a geração de riqueza a partir do trabalho contido nas mercadorias e da troca entre equivalentes. Já, sob a ótica de Marx, a diferenciação entre valor de uso e valor de troca e a presença simultânea de tais valores em todas as mercadorias permitem entender que o capitalista adquire a mercadoria força de trabalho pelo seu valor de troca e, ao colocá-lo em uso, se gera um valor adicional, produzindo assim mais-valia, que é apropriada pelo capitalista.

5 - Domina na doutrina brasileira, a teoria realista ou também chamada da personalidade real, para explicitação da natureza jurídica da pessoa jurídica de direito privado como

uma realidade técnica. Possui vida autônoma e diversa das pessoas que a compõem (são dotadas de vida própria ou real); seu patrimônio se constitui pela afetação de bens ou pelos esforços de seus criadores ou associados; sua capacidade, limitada à consecução de seus fins pelo fenômeno da especialização, conforme admitido no direito brasileiro.

A capacidade das pessoas jurídicas é consequência da personalidade adquirida por Lei, tendo aptidão genérica de adquirir direitos e contrair obrigações. A capacidade da pessoa jurídica fica restrita à razão de sua personalidade ser reconhecida na medida dos fins perseguidos pela entidade, ou seja não pode atuar fora do campo da sua atividade própria ou dos fins que persegue. É o meio previsto em lei para exercício das suas faculdades jurídicas.

A pessoa jurídica é representada ativa e passivamente nos atos judiciais e nos extrajudiciais. O seu estatuto deverá, seguindo a Lei, designar quem a representa. Se for omissa, caberá aos diretores da pessoa jurídica representá-la.

O sistema legal de responsabilidade afeito a matéria como um todo é o da responsabilidade objetiva (independentemente da existência de culpa), tanto para a pessoa jurídica de direito público, quanto para a de direito privado; ambas assumem o risco pelos danos causados a terceiros no desenvolvimento das atividades que lhes competir por atos dos seus agentes ou prepostos.

6 - O candidato deverá esclarecer a perspectiva dualista que se fundamenta o pensamento de Maquiavel e aquela em que se sustenta a diferenciação estabelecida por Weber em seu ensaio Ciência e política: duas vocações, todos estes comentados por Norberto Bobbio. O avaliando terá, necessariamente, de mostrar que, sob o prisma maquiaveliano a gestão efetiva da esfera política coloca a necessidade de desconsiderar ou ultrapassar a moral convencional (em razão da própria defesa da integridade do “Estado”) e que, no modo de ver weberiano, a missão do político, que deve tomar em consideração mais as consequências/os resultados do seu agir do que princípios gerais (não raro abstratos, afastados do “mundo dos interesses”), é norteadas não pela ética da convicção (peculiar ao cientista), mas pela ética da responsabilidade.

7 - A banca considera fundamental que o candidato identifique o Estado Democrático do Direito Contemporâneo como um resultado da expansão e aprimoramento da organização jurídico-político-administrativa em que se assentavam as noções que repudiaram os regimes totalitários no período subsequente ao final da Segunda Guerra Mundial. Diversamente do Estado Constitucional (também denominado Estado Constitucional Social), o Estado Democrático do Direito, na tentativa de responder às limitações assinaladas no modelo anterior (a despeito do peso que confere a uma Constituição de fundo democrático, capaz de contemplar os direitos sociais), se esforça por acolher e aprimorar, de modo permanente, os meios de tutela dos direitos fundamentais.

8 - Ao candidato cabe elucidar que “toda oferta cria sua própria procura” é conhecida como a Lei de Say, a qual representa a síntese do pensamento liberal, combatido vigorosamente por Keynes. Na sequência da resposta, o candidato deve sublinhar que a teoria da demanda agregada de Keynes inverte a abordagem para demonstrar que, a partir dos gastos efetuados pelos capitalistas – com investimentos e dada a propensão marginal a consumir – a renda nacional é formada como resultado.

9 - O ponto da questão se centra na falta de previsão e no fato de que a emergencialidade, para ficar caracterizada de modo a autorizar a dispensa de licitação, deve decorrer de fato imprevisto e não decorrente da falha humana ou de deteriorização do bem, sendo que, neste último caso, está criada a emergencialidade ficta, uma vez que esta se tornou previsível em decorrência da leniência humana. Assim, cumpre a Administração Pública proceder, por dispensa de licitação, a contratação do serviço, de forma a preservar o patrimônio público e a integridade psicofísica das pessoas, desde que esta solução de forma pontual, possa ser atendida no prazo de 180 dias, em caráter improrrogável, além de proceder a apuração de eventuais responsabilidades funcionais. Note-se que esta contratação não deve ter por escopo a solução do problema, como um todo, mas sim sanar, de forma pontual, a ocorrência, de maneira que o problema, como um todo, seja resolvido através da contratação do serviço, mediante prévio procedimento licitatório.

10 - Constitui norma geral de direito financeiro a previsão da receita e da despesa. Toda a operação de crédito, bem como em relação às despesas de caráter obrigatório devem estar previamente estimadas, de forma a que componham a Lei Orçamentária. Esta previsão deve atender ao chamado exercício financeiro, que coincidirá com o ano civil. Para isso, deve a Autoridade proceder ao empenho, que se constitui no ato que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente, não existindo despesa sem prévia empenho. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os *Restos a Pagar* com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos; obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica. Em termos da Lei Complementar nº 101, criou-se a necessidade de adequação de despesas no âmbito do pessoal, incluindo serviços terceirizados, a percentuais máximos, o que exige que estas se adequem ao planejamento.